



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

### 1. A ENTIDADE

A criação da Unidade Gestora e Regime Próprio únicos de Previdência do Estado do Amazonas, pela Lei Complementar Estadual nº 30, de 27 de dezembro de 2001, demonstrou a vontade política do governante em adotar a nova cultura previdenciária consignada no texto Constitucional e regulamentada com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, de sorte a salvaguardar os direitos previdenciários dos servidores públicos estaduais.

A publicação da Lei Complementar nº 93, de 25 de novembro de 2011, ratificada pela Lei Complementar nº 117, de 20 de maio de 2013, altera a natureza jurídica da Amazonprev para Fundação de Direito Público, vinculada à Secretaria de Administração e Gestão – SEAD, mantendo a gestão do Sistema Previdenciário do Estado com os planos de benefícios e de custeio expressos na Lei Complementar Estadual consolidada em 29 de julho de 2014 e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar n.181, de 06 de novembro de 2017 que, dentre outros aspectos, harmoniza os critérios para concessão das pensões previdenciárias ao disposto na Lei 13.135, de 17 de junho de 2015 e promove adequações ao texto original garantindo maior segurança jurídica à Previdência Estadual, a fim de preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do Sistema, como dispõe a legislação federal específica para os Regimes Próprios de Previdência Social.

Adotando instrumentos norteadores de gestão como: Planejamento Estratégico, Plano de Aplicações e Investimentos e Sistema de Gestão da Qualidade, a Fundação tem obtido regularmente o CRP- Certificado de Regularidade Previdenciária junto à SPREV-Secretaria de Previdência/Ministério da Fazenda, a Certificação dos serviços previdenciários no padrão internacional ISO 9001:2008, ISO 9001:2015 e, por dois anos consecutivos, Prêmio de Boas Práticas de Gestão, promovido pela ANEPREM – **Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios**, elevando o Estado do Amazonas à referência nacional no escopo previdenciário e encerrando o exercício de 2018 de maneira exitosa.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Portaria STN nº 840 de 21 de dezembro de 2016, Portaria STN nº 510, de 10 de agosto de 2016, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016, Portaria MPS nº 509, de 13 de dezembro de 2013 (específica para os RPPS), que dispõem sobre a adoção do Plano de Contas e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, pelos Regimes Próprios de Previdência Social de todos os Entes federativos.

As Notas Explicativas evidenciam os valores relevantes expressos nas Demonstrações Contábeis deste exercício, comparativamente com os valores referentes ao exercício de 2017.



### **3. AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12**

##### **3.1.1. Critérios contábeis adotados para o Balanço Orçamentário**

- a) O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 e anexo 12 da Lei 4.320/64 apresenta as Receitas Estimadas e as Despesas Fixadas no orçamento, em confronto com as Receitas Arrecadadas e as Despesas Executadas, respectivamente;
- b) Confrontando-se as Receitas Executadas com as Estimadas, é possível avaliar o grau de planejamento e o desempenho da arrecadação em determinado período, a partir das diferenças;
- c) Quando confrontadas as Despesas Executadas com as Autorizadas, é possível analisar o comportamento da administração e ação do gestor, mediante autorização legislativa que limitou os gastos;
- d) O confronto das diferenças entre as Receitas Previstas e as Despesas Fixadas, bem como entre as Receitas e Despesas Executadas, permite o conhecimento do resultado orçamentário: superávit ou déficit;

##### **3.1.2. Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias.**

- a) As Receitas Orçamentárias são caracterizadas conforme art. 11 da Lei 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art.35 da lei 4.320/64);
- b) As Receitas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressas em reais;
- c) As Receitas Orçamentárias estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa) constante na Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016;
- d) As Receitas estão listadas pelos valores líquidos das deduções. As deduções de receita atualmente previstas pela legislação são: Dedução, Renúncia de Receita, Isenções e Descontos Concedidos;

##### **3.1.3. Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias.**

- a) As Despesas Orçamentárias, resultantes de autorização legislativa fixadas na Lei Estadual nº 4.540, de 29/12/2017 (Lei de Orçamento Anual – LOA) e alterações posteriores, seguem em regime contábil da competência, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art.35 da Lei 4.320/64);
- b) As Despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressas em reais.
- c) As Despesas Orçamentárias estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa) atendendo as orientações do Manual de Contabilidade – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.6.
- d) As despesas são elencadas pelos seus valores empenhados no exercício.

##### **3.1.4. Análise do Resultado apurado**



a) O total da Despesa Fixada para o período (orçamento inicial e suas alterações estão demonstradas abaixo:

Dotação Inicial	1.871.053.000,00
Excesso de Arrecadação do Tesouro	226.277.109,31
Crédito Suplementar a Superávit Financeiro	67.936.000,00
Crédito Suplementar por Anulação Total ou Parcial de Dotação	26.363.418,59
Destaque Recebidos	16.403.377,19
Anulação Total ou Parcial de Dotação	-7.063.418,59
<b>Dotação Atualizada</b>	<b>2.200.969.486,50</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

b) O total da Despesa, após alterações necessárias no período, foi de R\$ 2.200.969.486,50 (Dois bilhões, duzentos milhões, novecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), tendo finalizado o exercício com valores empenhados de R\$ 1.804.654.382,61 (Hum Bilhão, oitocentos e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos), proporcionando uma economia de dotações no valor de R\$ 396.315.103,89 (Trezentos e noventa e seis milhões, trezentos e quinze mil, cento e três reais e oitenta e nove centavos).

c) O total da Receita prevista para o período (orçamento inicial) foi de R\$ 964.322.000,00 (Novecentos e sessenta e quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil), que atualizada durante o exercício passou a ser R\$ 1.055.235.109,31 (Hum bilhão, cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cento e nove reais e trinta e um centavos), tendo uma Previsão adicional ou excesso de arrecadação na ordem de R\$ 226.277.109,31 (Duzentos e vinte e seis milhões, duzentos e setenta e sete mil, cento e nove reais e trinta e um centavos). As receitas realizadas ao final do exercício atingiram o montante de R\$ 1.269.671.908,88 (Hum Bilhão, duzentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e um mil, novecentos e oito reais e oitenta e oito centavos), apurando um valor a menor na ordem de R\$ 214.436.799,57 (Duzentos e quatorze milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos) em relação ao previsto, devidamente atualizado.

d) O déficit orçamentário no valor de R\$ 534.982.473,73 (Quinhentos e trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta e três centavos), origina-se da insuficiência financeira corrente das contribuições previdenciárias para o pagamento dos benefícios dos segurados do Fundo Financeiro, exigindo cobertura oriunda do Orçamento Estadual na forma de repasse financeiro, eis que esse Fundo adota o regime de repartição simples, estando o pagamento dos benefícios previdenciários a cargo do Estado. Para esse Fundo, as contribuições previdenciárias (Receitas) são insuficientes para pagamento dos benefícios (Despesas), cabendo ao Estado aportar recursos complementares para suportar o déficit corrente.



## ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO POR MEIO DE QUOCIENTES

A análise por quociente demonstra as principais relações e índices apurados:

Receitas Correntes menos Receitas Patrimoniais (R\$ 1.189.773.583,02) dividida pelas Despesas Correntes (R\$1.803.765.808,31) apresentam índice de 0,66 indicando a necessidade de suplementação para arcar com as Despesas Correntes da folha de pagamento do Fundo Financeiro de 34% das despesas correntes, pelo Estado para cobertura da insuficiência financeira apurada para a massa de segurados do Fundo Financeiro.

Confrontando-se as Receitas Correntes de R\$ 1.267.931.146,04 com as Despesas Correntes de R\$ 1.803.765.808,31; apura-se um índice de 0,70 caracterizando necessidade de aporte do Estado frente ao Fundo Financeiro de 30% das despesas correntes, que apresenta situação deficitária.

Identifica-se a necessidade de suplementação financeira, por parte do Estado, na apuração do resultado entre Receita Orçamentária de R\$ 1.269.671.908,88 dividida pela Despesa Orçamentária de R\$ 1.804.654.382,61; cujo índice de 0,70 revela a insuficiência para fazer face às despesas do Fundo Financeiro de 30% das despesas orçamentárias.

As Receitas de Contribuições R\$ 1.122.626.354,82 quando confrontadas com o total de Receitas Orçamentárias R\$ 1.269.671.908,88 atinge o índice de 0,88 evidenciando que 88,00% das receitas referem-se à contribuição previdenciária.

Da divisão da Receita Exercício Corrente R\$ 1.269.671.908,88 pela Receita Exercício Anterior R\$ 993.207.031,84 obtém-se o índice de 0,88 demonstrando um acréscimo de aproximadamente 12% das Receitas Totais em relação ao exercício anterior.

Na Despesa Total R\$ 1.804.654.382,61 divide a Despesa Corrente R\$ 1.803.765.808,31 apura-se o índice de 0,999, significando que 99,99% das Despesas Totais são Despesas Correntes.

Apura-se o índice de 1,014 quando se divide a Despesa Exercício Corrente R\$ 1.804.654.382,61 pela Despesa Exercício Anterior R\$ 1.587.137.070,58, revelando um aumento de 1,4% das Despesas Correntes em relação ao exercício anterior.

### 3.2. BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13.

#### 3.2.1. Critérios contábeis adotados para o Balanço Financeiro (art. 103, Lei 4.320/64)

Demonstra as Receitas e as Despesas Orçamentárias, bem como os Ingressos e Dispêndios Extra orçamentários conjugados com os saldos de Caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, contemplando:

- a) A Receita Orçamentária Realizada e a Despesas Orçamentária Executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;

As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para os RPPS;

- b) Os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários;

- c) O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.



d) No Balanço Orçamentário, ao se confrontar as Despesas Liquidadas (R\$ 1.801.785.255,86) com as Despesas Pagas (R\$ 1.799.583.803,74) obtém-se R\$ 2.201.452,12 de Inscricões dos Restos a Pagar Processados. Este valor diminui em R\$ 2.074.552,77 são Retenções que já passaram pelo processo de liquidação, ao confrontar-se com o Balanço Financeiro não podemos mais reconhecer o ingresso das consignações, ficando apenas na rubrica de Restos a Pagar um valor de R\$ 126.899,35 referente a obrigações trabalhistas e tributárias a repassar aos órgãos competentes em janeiro/2019.

### 3.2.2. Análise do Resultado apurado.

- a) Dividindo-se os Ingressos R\$ 6.880.552.775,45 pelos Dispêndios R\$ 6.133.447.574,55, encontra-se um índice de 1,122, revelando um aumento da disponibilidade financeira obtida de 12,2%, ocasionado, principalmente, pelo produto das aplicações dos recursos do FPREV e da Taxa de Administração destinada ao custeio da Amazonprev.
- b) Analisando-se os valores desse balanço, chega-se a um Superávit financeiro na ordem de R\$ 747.105.200,90 (Setecentos e quarenta e sete milhões, cento e cinco mil, duzentos reais e noventa e centavos).
- c) O saldo financeiro atual R\$ 747.105.200,90 dividido pelo saldo financeiro anterior R\$ 724.705.706,52 apura-se um índice 1,03 de crescimento, ratificando que os recebimentos foram superiores aos pagamentos, que resultaram no superávit financeiro do exercício.

### 3.3. BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO 14

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial líquida da Amazonprev, no exercício, apurada conforme NBC T – 16.2, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em suas resoluções, com o.

art.105 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e IPC 04- Instrução de Procedimentos Contábeis.

#### Demonstrativo do Balanço Patrimonial

FONTE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.499.247.562,63</b>	<b>3.359.087.275,58</b>
<b>Caixa Equivalente De Caixa</b>	<b>574.180.320,26</b>	<b>494.536.848,58</b>
a)Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional	1.789.674,68	451.051,74
b) Aplic.Finan.Liq.Imediata Fundos Investimentos	572.390.645,58	494.085.796,84
c) Créditos Tributários a Receber	521.403.933,18	126.976.916,80
<b>d) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>11.674.553,03</b>	<b>13.706.631,68</b>
d.1 Alugueis a Receber	3.980.036,01	3.993.977,13
d.2.Suprimento de Fundos	-	2.000,00
d.3.Créditos Receber Entidades Estatais Parcelamento	7.694.517,02	9.710.654,55
<b>Invest. e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	<b>3.390.999.300,16</b>	<b>2.723.481.064,02</b>
<b>e)Aplicações em Segmento de Renda Fixa</b>	<b>3.390.999.300,16</b>	<b>2.723.481.064,02</b>
Fundos de Investimentos em títulos do	3.390.999.300,16	2.723.481.064,02



tesouro		
<b>f) Estoque</b>	<b>130.729,80</b>	<b>118.301,13</b>
Almoxarifado/material de consumo	130.729,80	118.301,13
<b>g) Var. Patrim. Diminutivas Pagas Antecipadamente</b>	<b>858.725,60</b>	<b>267.512,99</b>
g.1.VPD Financeira a Apropriar - Consolidação	662.853,87	67.960,26
g.2 Demais VPD a apropriar	195.871,73	199.552,73

a) Caixa Equivalente de Caixa - Demonstra os saldos de moedas ou valores em conta bancária. Registra os valores dos recursos financeiros imediatos e disponíveis utilizados, referentes às contribuições previdenciárias ingressadas no último dia do exercício, a serem aplicadas no primeiro dia útil do exercício seguinte.

b) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata Fundos de Investimentos – aplicações financeiras de liquidez imediata, para saldar compromissos de curtíssimo prazo, amparadas na Política de Investimentos de 2018, com parâmetros estabelecidos pelas Resolução nº 3922/2010 do CMN e alterações.

c) Os Créditos Tributários a Receber – inscrição das Contribuições Previdenciárias da competência dezembro de 2018 a serem repassadas até o décimo dia do mês subsequente, consoante previsto no art. 83, da Lei Complementar nº 30/2001.

d) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Parcelas de aluguel de imóveis do FPREV : SEAS: Termo de confissão de dívida (18 parcelas com valores originais de R\$ 97.176,23; Contrato vigente (8 parcelas R\$ 178.425,60) UEA: 6 parcelas de R\$ 53.422,83, além das Taxas de Administração dos Poderes Executivo e Legislativo (ALE/AM), conforme artigo 80 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014.

e) Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo –Aplicações em Fundos de Investimentos de curto prazo, amparadas na Política de Investimentos de 2018, com parâmetros estabelecidos pelas Resolução nº 3922/2010 do CMN e alterações. Referidos Fundos estão atrelados ao CDI, IRF-M 1 e IMA-B 5, refletindo a atualização pela marcação a mercado, nos termos da Portaria MPS nº 65/2014 e a estratégia de encurtamento da carteira de investimentos, no intuito de reduzir a volatilidade dessa marcação, em vista do panorama de incertezas marcado pelo cenário eleitoral e o aumento da taxa de juros básica dos Estado Unidos e sucessivos eventos que frearam a economia brasileira.

f) Estoque - Materiais destinados ao consumo da Fundação, cujo método para mensuração e avaliação das saídas é o preço médio ponderado, conforme Lei nº 4.320/64 e Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBCT 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do Setor Público.

g) Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente: Benefícios previdenciários recebidos indevidamente, cujo ressarcimento está sendo parcelado; Imposto de Renda recolhido em duplicidade, cuja compensação



será feita em 2019; Parcela em trânsito dos Títulos CVS e tarifas bancárias descontadas para posterior devolução pelo Banco.

### Demonstrativo do Balanço Patrimonial

FONTE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>806.904.715,67</b>	<b>666.633.044,45</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>655.650.163,43</b>	<b>655.650.163,43</b>
<b>h) Demais Créditos e valores a longo prazo</b>	<b>245.218,82</b>	<b>353.981,95</b>
h.1. Crédito a Receber por pagto. Indevido de Benefícios Previdenciários	245.218,82	353.981,95
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>798.313.308,04</b>	<b>655.296.181,48</b>
<b>Investimentos do RPPS de Longo Prazo</b>	<b>801.197.687,12</b>	<b>659.059.593,78</b>
<b>i) Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>739.137.387,12</b>	<b>594.531.593,78</b>
i.1 Títulos de Responsabilidade de Tesouro	725.206.858,24	578.859.875,15
i.2. Aplicações em ativos sem enquadramento – títulos CVS	13.930.828,88	15.671.718,63
<b>j) Aplicações em segmento de imóveis -RPPS</b>	<b>62.060.000,00</b>	<b>64.528.000,00</b>
<b>k) (-) Redução a valor recuperável de investimentos</b>	<b>2.884.379,08</b>	<b>3.763.412,00</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>6.378.177,64</b>	<b>8.086.717,02</b>
<b>l) Bens Móveis</b>	<b>6.264.003,78</b>	<b>6.226.148,00</b>
Máquinas aparelhos, equipamentos	1.087.221,07	1.087.221,07
Bens de Informática	3.486.740,51	3.462.440,51
Móveis e utensílios	1.640.518,28	1.626.962,50
Veículos	49.523,92	49.523,92
<b>m) Bens Imóveis</b>	<b>7.225.000,00</b>	<b>8.180.000,00</b>
Bens de Uso Especial	7.225.000,00	8.180.000,00
<b>n) (-) Depreciação acumulada</b>	<b>7.110.826,14</b>	<b>6.319.430,98</b>
Depreciação acumulada - bens móveis	5.138.451,51	4.629.782,63
Depreciação acumulada – bens imóveis	1.972.374,63	1.689.648,35
<b>o) Intangível</b>	<b>1.968.011,17</b>	<b>2.896.164,00</b>
Softwares	4.869.630,00	4.826.940,00
<b>p) (-) Amortização Acumulada</b>	<b>2.901.618,83</b>	<b>1.930.776,00</b>
Amortização Acumulada	2.901.618,83	1.930.776,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

**h) Demais Créditos e valores a longo prazo - Benefícios previdenciários recebidos indevidamente, cujas parcelas a ressarcir ultrapassam o exercício.**

**i) Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações financeiras com base na Política de Investimentos de 2018, obedecendo aos parâmetros da Resolução nº 3922/2010 do CMN e alterações, distribuídas em:**

i.1. Notas do Tesouro Nacional, série-B, que remuneram o IPCA acrescidos de taxa de juros pré-fixados contratados em percentuais de 6,48%, 6,59%, 6,60% e 6,90% a.a., refletindo no exercício a atualização pela marcação na curva, como preceitua a Portaria MPS nº 402/2008 e suas atualizações;

i.2. Títulos e valores - CVS tipos A, B, C e D, transferidos pelo Estado do Amazonas para fins de capitalização do Fundo Previdenciário, nos termos do art.48 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014. Os títulos são



atualizados mensalmente pela TR + taxa de juro que varia de 0,3% a 0,5% conforme o tipo.

- j) Imóveis transferidos pelo Estado, destinados à capitalização do Fundo Previdenciário, subsistindo como imóveis de renda para fazer frente aos compromissos previdenciários futuros, de acordo com o art. 48, c/c art.113 da Lei Complementar nº 30/01 – texto consolidado em 29/07/2014. Os imóveis sofrem avaliações anuais, cumprindo o art.113 § 4º da mesma Lei. Referidas avaliações são feitas pela SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas, cujos laudos apresentam como métodos: para terreno o “Método Comparativo”; para Edificações o “Método de Custo de Reprodução e para valor locativo o “Método de Renda Simplificado”.
- k) Deságio dos títulos CVS apurado na pesquisa de mercado, por adoção do princípio da prudência para registro do menor valor para os bens e direitos, impedindo que prevaleçam, na escrituração contábil, juízos subjetivos.
- l) Bens móveis de utilização geral da Fundação adquiridos por meio de processo licitatório, avaliados mensalmente pelo custo de aquisição. A partir de 2014, o Estado do Amazonas implantou o Sistema de Controle de Patrimônio – AJURI (ainda em adequação), instituindo-o como instrumento obrigatório para a gestão de bens móveis e imóveis dos órgãos integrantes do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, consoante Decreto nº 34.161, de 11 de novembro de 2013, entretanto o Sistema ainda não está concluído, principalmente o módulo de desfazimento dos bens inservíveis.
- m) Imóvel utilizado como sede da Fundação e imóvel tombado pelo patrimônio público, transferidos pelo Estado, classificados como bem de uso especial. A avaliação foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBC T 16.10, a qual trata da Avaliação e Mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público.
- n) A depreciação para os bens móveis e imóveis- calculada pelo método linear, à taxa anual de 10%, exceto para os equipamentos de informática, que têm a taxa de depreciação de 20% e para os bens imóveis, com taxa de 4% seguindo a tabela da Receita Federal e a contrapartida lançada como variações patrimoniais diminutivas. Não houve depreciação para veículos nem para equipamentos para áudio, vídeo e foto, porquanto esses bens encontram-se totalmente depreciados.
- o) Aquisição de licenças e direitos de uso de softwares vinculados à atividade fim e meio da Fundação.
- p) Amortização - calculada pelo método linear, à taxa anual de 20% a.a. e sua contrapartida é lançada como Despesas Administrativas.

#### **PASSIVO CIRCULANTE e PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

Obrigações com pessoal, benefícios e encargos sociais a pagar e com fornecedores, atendendo às orientações do Manual de Contabilidade (MCASP 7ª Edição) – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.





## Demonstrativo do Balanço Patrimonial

FONTE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>551.205.820,36</b>	<b>494.912.630,77</b>
a) Obrig.Trab. Previdenciária e Assist, Fornecedores A Pagar C.Prazo	1.812.452,82	2.609.048,31
<b>Provisões a Curto Prazo</b>	<b>4.782.427,57</b>	<b>924.090,30</b>
b)Outras Provisões a curto prazo	<b>674.932,00</b>	<b>617.732,36</b>
b.1. Provisão de Férias e 1/3 sobre as férias	580.375,89	532.683,45
b.2.Encargos sociais sobre provisões	94.556,11	85.048,91
b.3.Obrigações legais e tributárias – fiscais e Indenizações de Pessoal	4.107.495,57	306.357,94
c) Demais obrigações a curto prazo	<b>554.610.930,97</b>	<b>491.379.492,16</b>
c.1 Consignações	2.074.552,77	27.155.132,47
c.2 Outras Garantias Contratuais	7.440,00	
c.3. Salários/Pagamentos não reclamados	127.117,87	615.074,10
c.4. Depósitos Não Judiciais(Poderes) e compensações a pagar	542.401.820,33	463.609.285,59
<b>CONTAS</b>	<b>2018 (R\$)</b>	<b>2017 (R\$)</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.083.222.314,78</b>	<b>3.387.238.840,70</b>
d) Provisões a Longo Prazo	<b>4.083.222.314,78</b>	<b>3.387.238.840,70</b>
Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo	<b>4.083.222.314,78</b>	<b>3.387.238.840,70</b>
Provisão de Benefícios Concedidos	362.719.888,18	297.834.489,45
Provisão de Benefícios a Conceder	3.235.684.245,16	2.547.707.997,58
Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário	484.818.181,44	541.696.353,67

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

### PASSIVO CIRCULANTE

a) Licença de uso do Sistema previdenciário (R\$ 1.685,267,97) e R\$ 127.193,85 referente a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar no curto prazo.

b) **Outras Provisões a curto prazo:** Férias funcionais e de 1/3 de férias constitucionais; Encargos sociais sobre as provisões; Autos de Infração processados pela Receita Federal do Brasil, cujo recurso administrativo, com efeito suspensivo (art. 151, inciso III, do CTN) foi julgado procedente em parte, com manutenção parcial do crédito tributário, nos termos do Acórdão nº 04-29.616-3ª Turma da DRJ/CGE; Aplicação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores Amazonprev, após aprovação e demandas judiciais que envolvem a Fundação no polo passivo.

c) **Demais obrigações a curto prazo** – Consignatações a repassar; Valores devolvidos pela rede bancária por inconsistência no cadastro dos correntistas, não reclamados pelos beneficiários, cujo prazo adotado por orientação do Estado para



baixa é de 5 anos e repasses feitos pelos Poderes (TJAM e TCE), que estão em fase de migração dos dados à Unidade Gestora e Regime Próprio Únicos, a serem utilizados quando da adesão, mediante estudo atuarial para apuração do valor devido ao Fundo Previdenciário de cada Poder. Embora esses Tribunais, assim como o Ministério Público, tenham assinado o Termo de Adesão em 14/11/2017, há ações expressas no cronograma que demandam ajustes e parametrizações de ordem técnico-operacional e orçamentária, envolvendo os Tribunais e MPE, a PRODAM e a Amazonprev, a fim de que a adesão se configure como prevê as normas da Secretaria de Previdência.

#### **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

**d) Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo** – Representam as obrigações estimadas, líquidas de contribuições a receber, dos planos geridos pela Amazonprev. O passivo atuarial é determinado pela soma da reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) e Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC), que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de benefícios futuros. As avaliações atuariais são efetuadas anualmente por empresa de atuária, sob a responsabilidade técnica de profissional atuário, nos termos das Portarias MPS nº 402 e 403/2008, cujos dados por ele elaborados apresentam-se nas tabelas abaixo:

**Tabela 1. Provisões Matemáticas Previdenciárias:**

Contas	Discriminação	31/12/2017	31/12/2018
2.2.7.2.1.00.00	<b>Provisões Matemáticas Previdenciárias - Consolidação</b>	<b>3.387.238.840,70</b>	<b>4.083.222.314,78</b>
2.2.7.2.1.01.00	<b>Plano Financeiro - Provisão Benefícios Concedidos</b>	<b>30.067.421,03</b>	<b>18.907.408,32</b>
2.2.7.2.1.01.01	Aposentad/Pensões/Outros Benef do Plano Financeiro do RPPS	42.901.237.138,59	47.312.272.346,21
2.2.7.2.1.01.02	Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	2.263.010.419,14	2.403.604.717,37
2.2.7.2.1.01.03	Contribuições do Inativo para o Plano Financeiro do RPPS	1.331.580.562,69	1.417.054.886,12
2.2.7.2.1.01.04	Contribuições do Pensionista para o Plano Financeiro do RPPS	583.274.407,35	616.764.490,12
2.2.7.2.1.01.05	Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	-	-
2.2.7.2.1.01.07	Cobertura de Insuficiência Financeira	38.693.304.328,38	42.855.940.844,28
2.2.7.2.1.02.00	<b>Plano Financeiro - Provisão Benefícios a Conceder</b>	-	-
2.2.7.2.1.02.01	Aposentad/Pensões/Outros Benef do Plano Financeiro do RPPS	57.988.011.376,24	61.517.373.111,81
2.2.7.2.1.02.02	Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	4.469.306.301,81	4.870.190.274,30
2.2.7.2.1.02.03	Contribuições do Ativo para o Plano Financeiro do RPPS	3.781.720.716,92	4.120.930.232,11
2.2.7.2.1.02.04	Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	1.154.710.874,99	1.083.550.608,63
2.2.7.2.1.02.06	Cobertura de Insuficiência Financeira	48.582.273.482,52	51.442.701.996,77
2.2.7.2.1.03.00	<b>Plano Previdenciário - Provisão Benefícios Concedidos</b>	<b>267.767.068,42</b>	<b>343.812.479,86</b>
2.2.7.2.1.03.01	Aposentad/Pensões/Outros Benef Plano Previdenciário do RPPS	285.065.669,37	364.426.943,00
2.2.7.2.1.03.02	Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	9.370.075,51	11.166.167,53
2.2.7.2.1.03.03	Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS	4.636.780,88	5.814.810,58
2.2.7.2.1.03.04	Contribuições Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	3.291.744,56	3.633.485,03
2.2.7.2.1.03.05	Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-	-
2.2.7.2.1.04.00	<b>Plano Previdenciário - Provisão Benefícios a Conceder</b>	<b>2.547.707.997,58</b>	<b>3.235.684.245,16</b>
2.2.7.2.1.04.01	Aposent./Pensões/Outros Benef. Plano Previdenciário do RPPS	9.054.696.523,37	11.566.874.202,60
2.2.7.2.1.04.02	Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	3.189.323.256,41	4.128.105.174,54
2.2.7.2.1.04.03	Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	2.698.658.140,05	3.493.012.070,76
2.2.7.2.1.04.04	Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	619.007.129,33	710.072.712,14
2.2.7.2.1.07.00	<b>Provisões Atuariais para Ajustes do Plano</b>	<b>541.696.353,67</b>	<b>484.818.181,44</b>
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	541.696.353,67	484.818.181,44



### **Posição FPREV - Fundo Previdenciário**

- Na data-base Dezembro/17, a RMBaC e RMBC do FPREV foi de R\$ 2.547.707.997,58 e R\$267.767.068,42, respectivamente, apurando um Passivo Atuarial de R\$ 2.815.475.066,00, que confrontado com um Ativo Real Líquido de R\$ 3.357.171.419,67, acarretou em um superávit atuarial de R\$ 541.696.353,67.
- Na data-base Dezembro/18, a RMBaC passou para R\$ 3.235.684.245,16 e o RMBC para R\$ 343.812.479,86, gerando um Passivo Atuarial de R\$ 3.579.496.725,02, que confrontado com um Ativo Real Líquido de R\$4.061.873.456,40, acarretou em um superávit atuarial de R\$ 484.818.181,44.
- O aumento na RMBaC e a redução do superávit do FPREV se deve às variações das remunerações médias, a rentabilidade do ano de 8,36% ter ficado abaixo da meta de 9,97% e a atualização da tábua de mortalidade IBGE 2016, conforme prevê a Portaria MPS nº 403/08.

### **Conclusão FPREV:**

A despeito das ocorrências acima, o superávit atuarial de R\$ 484.818.181,44 apurado para o FPREV – Fundo Previdenciário denota **que esse Fundo se encontra em perfeito equilíbrio atuarial**, conforme o disposto no Art. 1º da Lei nº 9.717/98. Tal equilíbrio é de extrema importância, pois é uma das condições necessárias para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), conforme Inciso II do Art. 5º da Portaria MPS nº 204/08.

### **Posição FFIN - Fundo Financeiro**

- O FFIN é um fundo em extinção e as suas obrigações previdenciárias líquidas de contribuições futuras serão cobertas pelo tesouro, cujo valor atual está representado pelas contas de Cobertura de Insuficiência Financeira.
- O valor da cobertura de insuficiência financeira de benefícios concedidos passou de R\$38.693.304.328,38 em dezembro/2017 para R\$ 42.855.940.844,28 em dezembro de 2018 e a cobertura da insuficiência financeira de benefícios a conceder passou de R\$ 48.582.273.482,52 em dezembro/2017 para R\$ 51.442.701.996,77 em dezembro de 2018.

### **Conclusão FFIN**

A variação observada nestas contas e nas provisões do FFIN no período está relacionada ao aumento médio das remunerações e proventos observados no período e a alteração da tábua biométrica IBGE 2015 para IBGE 2016.



### Hipóteses/métodos atuariais utilizados nas duas avaliações:

**Tabela 2. Resumo de Métodos e Hipóteses Atuariais:**

Hipótese/Método	31/12/2017	31/12/2018
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada Normal	Idade de Entrada Normal
Taxa de Juros e Desconto Atuarial	FPREV: 6% ao ano FFIN: 0% ao ano	FPREV: 6% ao ano FFIN: 0% ao ano
Tábua de Mortalidade Geral Válidos e Inválidos	IBGE-2015	IBGE-2016
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Real de Remunerações de Ativos	3,71% ao ano	3,71% ao ano
Crescimento Real de Proventos de Inativos	2,71% ao ano	2,71% ao ano
Fator de Capacidade	100%	100%
Rotatividade	Não adotada	Não adotada
Gerações Futuras ou Novos Entrados	Não adotada	Não adotada

Segundo o estudo técnico e atuarial, a alteração da tábua de mortalidade da IBGE 2015 para IBGE 2016 causou um impacto de apenas 0,65% nas projeções.

**Tabela 3. Dados de Segurados do FPREV – Fundo Previdenciário:**

Dados do FPREV	dez/17	dez/18	Variação	
Número de Servidores Ativos	36.835	38.492	+1.657	+4,50%
Média da Remuneração do Ativo	3.098,09	3.916,79	+818,70	+26,43%
Número de Beneficiários	610	734	+124	+20,33%
Valor Médio dos Benefícios	2.036,96	2.202,67	+165,71	+8,14%
Total de Segurados	37.445	39.226	+1.781	+4,76%

**Tabela 4. Dados de Segurados do FFIN – Fundo Financeiro:**

Dados do FFIN	dez/17	dez/18	Variação	
Número de Servidores Ativos	23.346	21.743	-1.603	-6,87%
Média da Remuneração do Ativo	4.048,59	4.576,46	+527,87	+13,04%
Número de Beneficiários	33.358	34.634	+1.276	+3,83%
Valor Médio dos Benefícios	3.724,76	4.699,94	+975,18	+26,18%
Total de Segurados	56.704	56.377	-327	-0,58%

#### Nota do Atuário

Os resultados de qualquer avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras



destes fatores e poderão implicar em alterações substanciais nos resultados atuariais.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2018 – (R\$)	2017 – (R\$)
a) Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.001.099,39	18.424.099,39
b) Resultado Acumulado	656.723.043,77	125.144.748,79
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>671.724.143,16</b>	<b>143.568.848,18</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- a) Registra a valorização dos imóveis, resultante das reavaliações feitas no exercício, de acordo com os critérios técnicos adotados por engenheiros da SEINFRA. A contabilização foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBC T 16.10, a qual trata da Avaliação e Mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público. Em atendimento a Legislação CPC 01 e 27, foram feitas reversão de lançamento da Conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial e dos Ativos do grupo do Imobilizado no valor de R\$ 955.000,00 (Novecentos e cinquenta e cinco mil reais)
- b) Resultados Acumulados representa a situação patrimonial líquida da Fundação, já refletindo a Avaliação Atuarial, com direitos e custos dos Planos de Benefícios a valor presente, em contrapartida às variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
- c) A composição do Patrimônio Líquido deixou de ser segregada, passando os valores a compor o Resultado acumulado, conforme IPC nº 04, de 19/06/2015.

### Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro

FONTE	2018 – (R\$)	2017 – (R\$)
Fundo Previdenciário	3.362.509.014,47	2.698.608.536,93
Fundo Financeiro	16.919.378,59	2.012.952,37
Taxa de Administração	38.816.870,88	<b>25.192.587,45</b>
<b>Total</b>	<b>3.418.245.263,94</b>	<b>2.725.814.076,75</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro é apurado no exercício para abertura de créditos suplementares ou especiais no exercício seguinte, em conformidade com o artigo n.º 43 da Lei 4.320/64, e registrado no Balanço Patrimonial. A referida apuração é realizada por vinculação de recursos, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

### GESTÃO PATRIMONIAL

Na Gestão Patrimonial são apresentados os dados referentes à evolução patrimonial com comentários acerca dos registros contábeis efetuados, demonstrando os reflexos significativos ocorridos na estrutura patrimonial.





## BALANÇO PATRIMONIAL:

Ao somar-se o Ativo Circulante com o Ativo Não Circulante obtém-se um Ativo Total de R\$ 5.306.152.278,30. O Passivo Total somado aos Passivos Circulante e Não Circulante alcançou R\$ 4.634.428.135,14, resultando em R\$ 671.724.043,77 de Patrimônio Líquido Positivo.

### ATIVO CIRCULANTE

Caixa e seus Equivalentes (recursos disponíveis para realização imediata) no valor de R\$ 574.180.320,26 representam 12,76% do total do Ativo Circulante R\$ 4.499.247.562,63. Na comparação com exercício anterior, verificou-se que houve um acréscimo de 16,10%.

Os Créditos a Curto Prazo, no valor de R\$ 521.403.933,18 referente à Contribuições Previdenciária a Receber (Receitas por Competência), representam 11,59% do Ativo Circulante. Na comparação com o exercício anterior houve um acréscimo de 310,63%.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo mostra que R\$ 3.390.999.300,16 representam 75,37% do Ativo Circulante. Na comparação com o exercício anterior houve um acréscimo de 24,51%.

Do exercício de 2017 para o exercício de 2018 o Ativo Circulante apresentou uma variação positiva de 33,94%.

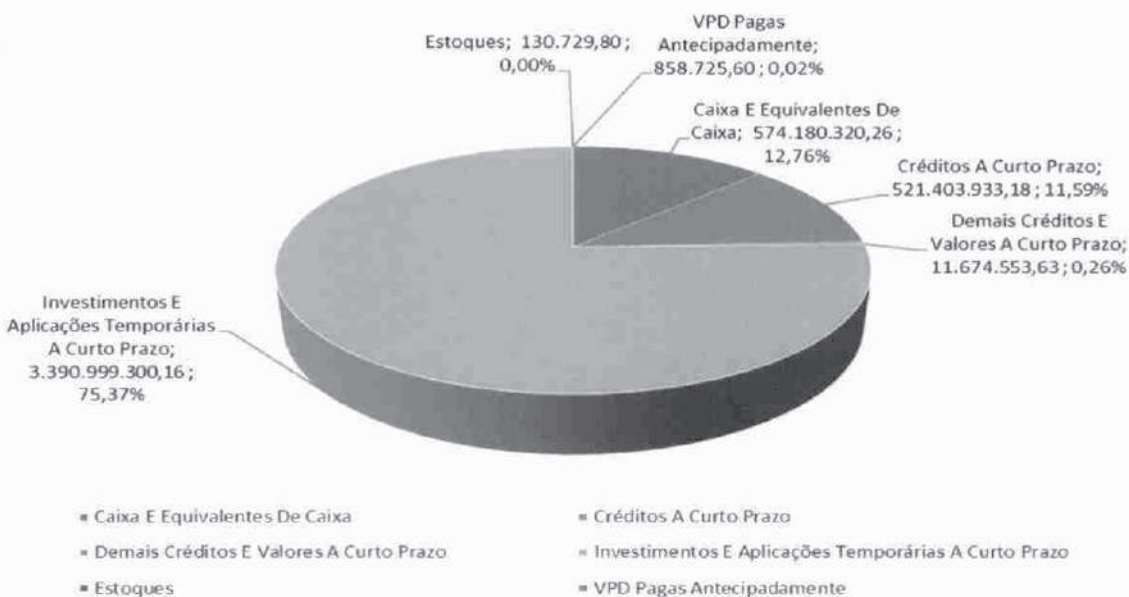
FONTE	2017	AV <sup>(1)</sup>	2018	AV <sup>(1)</sup>	AH <sup>(2)</sup>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.359.087.275,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.499.247.562,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>33,94%</b>
Caixa E Equivalentes De Caixa	494.536.848,58	14,72%	574.180.320,26	12,76%	16,10%
Créditos A Curto Prazo	126.976.916,80	3,78%	521.403.933,18	11,59%	310,63%
Demais Créditos E Valores A Curto Prazo	13.706.631,68	0,41%	11.674.553,63	0,26%	-14,83%
Investimentos E Aplic. Temp. A Curto Prazo	2.723.481.064,02	81,08%	3.390.999.300,16	75,37%	24,51%
Estoques	118.301,13	0,00%	130.729,80	0,00%	10,51%
VPD Pagas Antecipadamente	267.512,99	0,01%	858.725,60	0,02%	221,00%

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI





### ATIVO CIRCULANTE - 2018



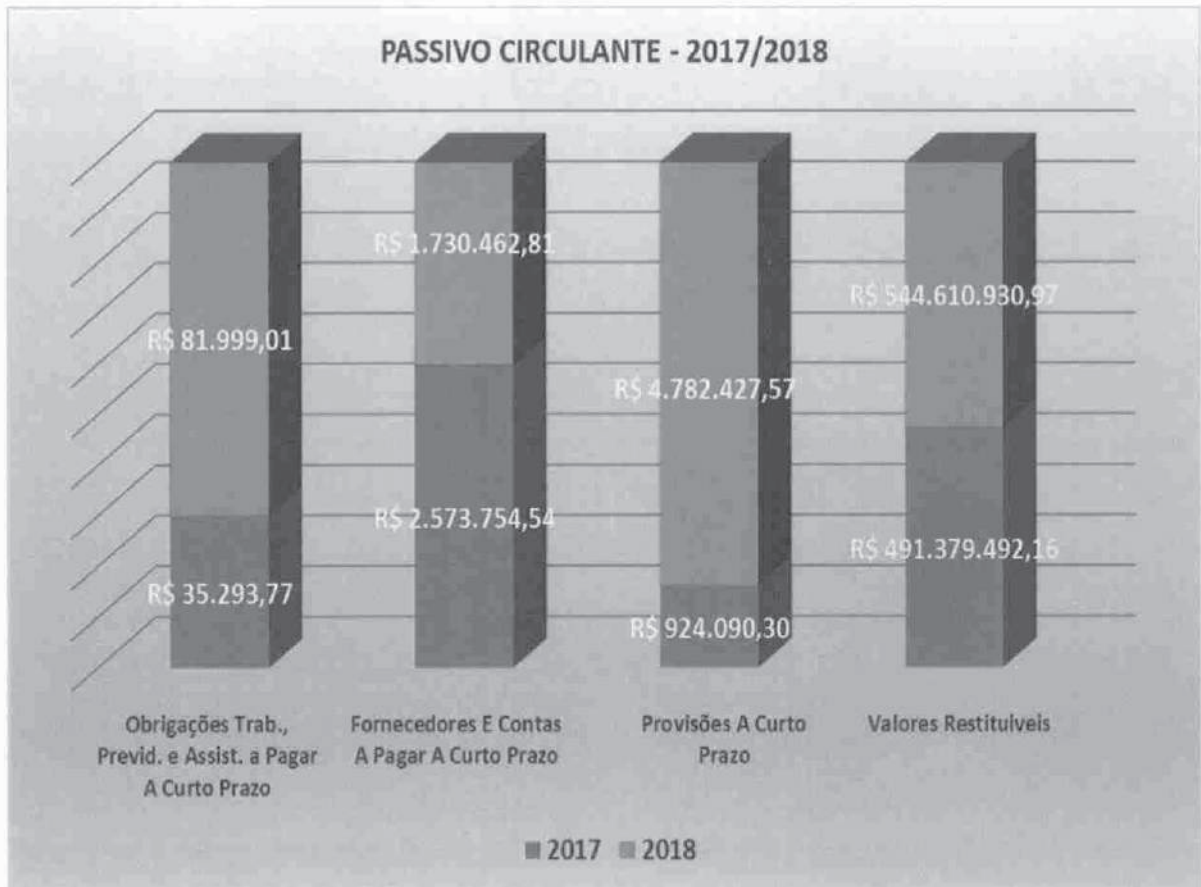
### PASSIVO CIRCULANTE

Passivo Circulante do exercício de 2017 para 2018 sofreu uma variação de 11,37%. Observa-se que o item mais significativo foi o de Valores Restituíveis R\$ 544.610.930,97 que representa 98,29% do Passivo Circulante. Comparando com o exercício anterior obteve-se um acréscimo de 10,83% na rubrica Valores Restituíveis (Poderes TJAM e TCE), conforme tabela abaixo:

FONTE	2017	AV <sup>(1)</sup>	2018	AV <sup>(1)</sup>	AH <sup>(2)</sup>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>494.912.630,77</b>	<b>100,00%</b>	<b>551.205.820,36</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,37%</b>
Obrigações Trab. Previd. e Assist. a Pagar A Curto Prazo.	35.293,77	0,01%	81.999,01	0,01%	132,33%
Fornecedores E Contas A Pagar A Curto Prazo.	2.573.754,54	0,90%	1.730.462,81	0,31%	-32,77%
Provisões A Curto Prazo.	924.090,30	0,21%	4.782.427,57	0,87%	417,53%
Valores Restituíveis.	491.379.492,16	99,29%	544.610.930,97	98,80%	10,83%

(1) Análise Vertical. Participação do item no total do Passivo Circulante.

(2) AH – Análise Horizontal (2018/2017)



### **ATIVO NÃO CIRCULANTE**

Ativo Não Circulante representa 15,21% do Total do Ativo, com um acréscimo de 21,04%.

### **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

Passivo Não Circulante cresceu 20,48% em relação a 2017, tendo como item representativo as Provisões a Longo Prazo, no valor R\$ 4.083.222.314,78, com 100,00% desse item, que corresponde às Provisões Matemáticas Previdenciárias.

### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido Positivo alcançou o montante de R\$ 671.724.143,16, ficando 367,88% superior ao exercício anterior.

## **3.4.DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ANEXO 15**

### **3.4.1.Critérios contábeis adotados para a Demonstração das Variações Patrimoniais**

Prevista no art. 104 da Lei nº 4.320/64, alterada pela Portaria STN nº 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, onde demonstram as alterações realizadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ou seja, demonstram as variações quantitativas que ocorreram no Patrimônio desta Fundação, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.





### Demonstrativo das Variações Patrimoniais

TÍTUTOS	2017	2018	VAR. %
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>			<b>29,09%</b>
Contribuições	6.150.903.374,02	7.939.985.242,58	39,68%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.455.593,50	3.676.106,29	-17,49%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	46.840.550,32	75.910.486,78	62,06%
Transferências e Delegações Recebidas	3.970.315.261,41	4.708.289.864,67	18,59%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	441.137.735,07	355.416.609,37	-19,43%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	70.429.171,51	537.065.296,36	662,56%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>6.099.501.077,94</b>	<b>7.408.406.947,60</b>	<b>21,46%</b>
Pessoal e Encargos	99.765.405,85	117.319.628,21	17,60%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.478.629.885,07	1.676.929.124,00	13,41%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	8.296.463,77	7.851.847,52	-5,36%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.577,24	300,03	-95,44%
Transferências e Delegações Concedidas	2.953.959.534,11	3.554.046.582,63	20,31%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	809.346.028,38	852.588.939,43	5,34%
Tributárias	83.855,14	90.944,30	8,45%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	749.413.328,38	1.199.579.581,40	60,07%
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>51.402.296,08</b>	<b>531.578.294,98</b>	<b>934,15%</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

#### 3.4.2. Análise do resultado apurado

O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apresentando Superávit Patrimonial ou Resultado do exercício valor de R\$ 531.578.294,98 Comparando-se com o exercício anterior, obteve-se um acréscimo de 934,15%, podendo-se destacar alguns fatores que contribuíram para o resultado patrimonial do período, tais como no as contribuições previdenciárias devidas, o recebimento de R\$ 95.520.906,30 da Procuradoria Geral de Justiça referente às contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, as Provisões Matemática e os investimentos.



### 3.5. DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

#### 3.5.1 – Critérios adotados para o Fluxo de Caixa

Apresenta informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa da Fundação, ao longo do exercício, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras.

Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que ocasionaram as mudanças da situação financeira, assim como as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações, permitindo avaliar a capacidade de gerar equivalentes de caixa para uma necessidade de liquidez imediata.

Apurado pelo método direto, observando os ingressos e desembolsos ocorridos no período, apurando a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, que representa a soma dos fluxos de caixa líquida, decorrentes das operações, investimentos e financiamentos existentes.

#### 3.5.2. Análise do resultado apurado

O resultado do fluxo de caixa no exercício foi positivo, no montante de R\$ 747.105.200,90. Comparando com o exercício de 2017, esse valor foi superior devido, principalmente, à evolução do fluxo das receitas de contribuições previdenciárias e das receitas de valores mobiliários.

A composição desse resultado é evidenciada através dos Fluxos Operacional e Investimentos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

#### DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA SINTÉTICO – METODO DIRETO

Total	2018			2017		
	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido
Operacionais	6.875.815.986,51	6.129.581.884,15	746.234.102,36	5.752.053.314,02	5.027.659.873,98	724.393.440,04
Investimentos	1.740.762,84	868.664,30	872.098,54	1.736.750,29	1.424.483,81	312.266,48
Total	6.877.556.749,25	6.130.450.548,45	747.106.200,90	5.753.790.064,31	5.029.084.357,79	724.705.706,52

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O fluxo líquido das atividades operacionais evidencia que foi gerado de caixa o suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e fazer novos investimentos. Pelo fluxo operacional, percebe-se um acréscimo de R\$ 746.234.102,36 entre os ingressos e desembolsos.


O fluxo líquido das atividades de investimentos foi superavitário em R\$ 872.098,54, demonstrando que Amazonprev conseguiu manter sua capacidade de investimentos verificada no exercício.




## DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA



  
**Flaviana Galúcio Zoumbounelos**  
Contadora CRC-AM 011086/O-0

  
**Maria Adelaide Ribeiro Cruz**  
Diretora de Administração e Finanças

  
**Leonardo Cavalcanti**  
Gerente Administrativo e Financeiro

  
**Marcio Rys Meirelles de Miranda**  
Diretor Presidente